

Orçamento prevê PIB maior e dá Cr\$ 235 tri a subsídio

30 AGO 1985

EXPEDITO FILHO
Da Editoria de Política

O primeiro orçamento unificado da União, juntando o orçamento fiscal às contas monetárias, chegou no início da noite de ontem ao Congresso Nacional. Em um grosso volume de 710 páginas, o orçamento de Cr\$ 626 trilhões prevê gastos de Cr\$ 96 trilhões com pessoal, Cr\$ 305 trilhões em receita de imposto, um déficit de Cr\$ 195 trilhões a ser coberto com emissão de títulos e um gasto recorde de Cr\$ 38 trilhões com a educação, com o que o Governo acredita estar cumprindo a Emenda João Calmon.

Na mensagem entregue ao líder da Aliança Democrática, o presidente José Sarney afirma que o Governo fundamenta a sua ação na retomada do crescimento "à taxa próxima a 6 por cento ao ano". Prevê, também, a redução da inflação para um patamar de 140 por cento em dezembro de 1986.

Os subsídios vão incorporar gastos no valor de Cr\$ 235,5 trilhões. Esse total será gasto com aquisição de produtos agropecuários, subsídios aos programas oficiais de crédito e os encargos da dívida pública, que permaneceriam fora do orçamento da União.

Educação, saúde, segurança pública, habitação popular e emprego receberam um tratamento prioritário por parte do Governo. Dos Cr\$ 38 trilhões que cabem ao ensino, Cr\$ 27,5 trilhões serão aplicados através do Ministério da Educação. As ações, consideradas prioritárias, foram contempladas com um crescimento real de 54,1 por cento, em relação às despesas programadas no orçamento desse ano.

O Ministério da Saúde, contemplado com 12 trilhões, obteve um crescimento real de 50,7 por cento em relação a 85. Para habitações urbanas, con-

DE ONDE CHEGARÁ O DINHEIRO

RECEITA DO TESOURO 1986 (em Cr\$ trilhões)				
ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO USUAL		ORÇAMENTO UNIFICADO	
	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	367,1	100,0	415,6	100,0
Imposto sobre a Importação	14,5	4,0	14,5	3,5
Imposto sobre a Exportação	10,0	2,7	10,0	2,4
Imposto sobre a Renda	168,8	46,0	168,8	40,6
Imposto sobre Produtos Industrializados	63,5	17,3	63,5	15,3
Imposto sobre Operações Financeiras	18,3	5,0	18,3	4,4
Imposto sobre Serviços de Comunicações	5,5	1,5	5,5	1,3
Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes	4,5	1,2	4,5	1,1
Impostos Único sobre Energia Elétrica	7,6	2,1	7,6	1,8
Contribuição para o FINSOCIAL	21,7	5,9	21,7	5,2
Cota de Previdência	10,2	2,8	10,2	2,5
Serviços de Comercialização de Produtos Agropecuários	—	—	40,5	9,8
Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	—	—	8,0	1,9
Outras Receitas Correntes	42,5	11,5	42,5	10,2
RECEITAS DE CAPITAL	16,0	100,0	211,0	100,0
Operações de Crédito Internas	0,3	2,0	195,3	93,0
Operações de Crédito Externas	15,7	98,0	15,7	7,0
TOTAL	383,1	—	626,6	—

trole de poluição e defesa contra inundações, o Governo prevê dotações que implicaram o crescimento real de 328 por cento, em relação a 85.

A Câmara dos Deputados terá um custo no orçamento de 86 de um trilhão e 800 bilhões, enquanto a Presidência da República terá a seu cargo Cr\$ 5 trilhões e 600 milhões. Dos ministérios das Forças Armadas, caberá ao da Aeronáutica o maior montante: 20 trilhões, 767 bilhões, 786 milhões. Ao Ministério da Marinha o total de 13 trilhões, 86 bilhões e 29 milhões. O Ministério do Exército ficará com 11 trilhões, 833 bilhões e 435 milhões.

ARRECADAÇÃO

A arrecadação foi reestimada pelo Governo, passando de 82,3 trilhões para Cr\$ 137 trilhões. A receita tributária, avaliada em 305,2 trilhões, permanece como a maior fonte de recursos do Tesouro Nacional. De acordo com o novo

orçamento, a receita tributária responderá por 73 por cento das receitas, excluídas as operações de crédito.

Os cigarros, que já representaram 50 por cento do total de imposto de produtos industrializados, serão responsáveis por uma arrecadação de apenas 22 por cento. Nos impostos sobre o comércio exterior, as vendas externas do café, cacau e suco de laranja responderão por quase 90 por cento da receita do Imposto de Renda.

A proposta de orçamento unificado do Governo foi entregue, ontem, pelo ministro Sayad, aos líderes da Aliança Democrática. Segundo o líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, o Ministro está disposto a adotar sugestões do Congresso, mesmo quando os parlamentares estiverem impedidos, constitucionalmente, de apresentá-las. Isto porque, na atual Constituição, não se pode criar despesas por iniciativa parlamentar.